

# Hora de enfrentar o desequilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente

**Especificar os riscos ecológicos, definir os compromissos para evitar desastres piores do que os que já aconteceram, contar com recursos financeiros dos países ricos para isso, avaliar as implicações do desenvolvimento sustentável: eis algumas das providências que a humanidade deve tomar neste fim de século, para legar a seus filhos uma Terra onde ainda valha a pena viver**

□ Por Jean-Paul Deléage, para a Politique Internationale

A industrialização e a urbanização maciças fizeram com que as relações que mantemos com o nosso planeta transpusessem um novo degrau. No século 20, a degradação do ambiente natural transformou-se num componente de nossa civilização e adquiriu, principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, uma dimensão universal. Mas essa crise do meio ambiente se situa no interior de uma crise mais profunda: a dos modos de desenvolvimento que prevaleciam desde as origens do capitalismo. Foi para essa dupla crise que a Conferência de Cúpula da Terra, realizada no Rio em 1992, esforçou-se por oferecer soluções em nome do "desenvolvimento sustentável".

Especificar os riscos ambientais ligados aos modos atuais de crescimento de modo a poder estabelecer prioridades; definir os compromissos concretos que se tem de tomar para evitar os desastres piores; liberar os recursos financeiros que os países ricos deveriam consagrar a isso; avaliar, enfim, as mudanças que a escolha do desenvolvimento sustentável implica: essas são as providências mais importantes a serem tomadas pelos homens deste fim do século 20, se quiserem legar a seus filhos uma Terra onde ainda valha a pena viver.

Começemos pela hipótese que fundamenta implicitamente essas propostas: o caráter "insustentável" do tipo e dos ritmos atuais de crescimento. Lembremos os seus termos essenciais: os recursos do planeta não são inesgotáveis; a biosfera constitui um mundo finito e a espécie humana, desde o início do capitalismo, já a golpeou de forma irreparável.

Anos após anos aumentam, por dezenas de milhões de hectares, as florestas devastadas, as terras cultiváveis destruídas pela erosão, os rios e oceanos poluídos. Talvez o mais grave seja que, manipulando as espécies, aceleramos o processo da evolução a um ponto tal que os seus efeitos se invertem literalmente. Em vez de estimular a inovação evolutiva, ele estimula um fenômeno de extinções em cascata. O conflito entre o crescimento material indefinido da população humana e a finitude da biosfera culmina, hoje em dia, na modificação dos climas, consequência do efeito estufa criado pela liberação crescente, na atmosfera, de gases como o carbônico ou o metano.

A interação entre o homem e a natureza, esse par indissociável, permanece há muito tempo localizada e a sua evolução tem sido muito gradual. O desflorestamento da Bacia do Mediterrâneo na Antiguidade, a perda de terrenos aráveis na França medieval, os resíduos industriais da Europa ocidental no século 19 nunca modificaram as condições de vida no Brasil, na África Austral ou na China. Antes de meados deste nosso século, as atividades humanas eram ao mesmo tempo demasiais dispersas e com efeitos lentos demais para afetar globalmente o equilíbrio climático e os ciclos biogeoquímicos.

Esses equilíbrios foram atualmente perturbados pela ruptura de ritmo e de escala em nossa relação com a natureza.

**Mudança de ritmo:** Queimando combustíveis fósseis, jogamos na atmosfera e nos oceanos, em menos de dois séculos, carbono de origem orgânica que estava concentrado há dezenas de milhões de anos nas rochas sedimentares. Destruímos a biodiversidade com uma velocidade sem equivalente desde o desaparecimento dos dinossauros. A tomada de consciência do papel estratégico da biodiversidade no desenvolvimento agrícola a longo prazo, não apenas como base da produção alimentar mas também como garantia da preservação do meio ambiente, ainda é insuficiente. No entanto, os biólogos são unânimes

em prever que, no ritmo de extermínio atual, de 15% a 20% das espécies ainda vivas hoje terão desaparecido até o ano 2020. Ao contrário de uma idéia muito arraigada, as espécies selvagens não são as únicas ameaçadas. A variedade das plantas cultivadas já diminuiu tanto que a possibilidade de descobrir novas espécies, suscetíveis de se adaptar às condições de um meio que nós mesmos estamos transformando a toda velocidade, fica cada vez menor.

**Mudança de escala:** Os desastres ecológicos afetam grupos humanos imensos. Dez anos depois de Chernobyl, cerca de 4 milhões de pessoas ainda moram em regiões que deveriam ter sido evacuadas depois do acidente. Vinte milhões de mexicanos estão permanentemente expostos ao smog da Cidade do México. E, de um modo mais genérico, centenas de milhões de indivíduos sofrem os efeitos mortíferos da insana poluição criada pelos automóveis nas cidades dos cinco continentes. Há na Ásia 200 milhões de pessoas que vivem sob a ameaça constante de inundações, ampliada a cada ano pelo desflorestamento das bacias do Himalaia. Quanto às mudanças climáticas, essas atingem todo mundo. Em seu último relatório, de novembro de 1995, cientistas do mundo inteiro, reunidos na Comissão Intergovernamental sobre a Mudança Climática (IPCC), avaliaram em 3°C o aumento médio da temperatura mundial durante o próximo século, com uma incerteza de mais ou menos 1,5°C. Por seu lado, a Conferência do Rio chama a atenção para o fato de que, "quando há o temor de prejuízos irreversíveis, não se deverá utilizar as dúvidas dos cientistas como pretexto para adiar as medidas apropriadas".

Buraco na camada de ozônio, desflorestamento, maré negra, Bhopal, Chernobyl, ressecamento do Mar de Aral, desaparecimento de espécies, mudanças climáticas: símbolos da face que, por muito tempo, ficou oculta das vitórias obtidas sobre a natureza, e que nos fazem questionar os sistemas de produção-consumo que, hoje em dia, prevalecem em todos os continentes.

Foram necessários menos de dois séculos para romper os ciclos do metabolismo homem-natureza. Como voltar a fechar esses ciclos? Como pôr em prática o desenvolvimento sustentável pregado no Rio e aprovado pelos chefes de Estado presentes à conferência? Em outros termos, como orientar o desenvolvimento econômico sem agredir de forma irreversível o patrimônio natural? Como, finalmente, conciliar essa necessidade com a ambição legítima de satisfazer as necessidades mínimas do conjunto dos seres humanos?

Em *Perspectivas Econômicas para os Nossos Netos*, publicado em 1930, J. M. Keynes escrevia que a aptidão da humanidade para atingir seu "destino de felicidade econômica" dependia de quatro fatores: a capacidade de controlar o volume da população; o desejo de evitar as guerras; a vontade de confiar à ciência aquilo que é de sua jurisdição e, finalmente, o índice de acumulação fixado pela margem entre produção e consumo. A primeira das condições de Keynes merece que lhe demos aqui uma atenção especial.

A história dos dois últimos séculos mostra,

realmente, que uma taxa de crescimento demográfico excessiva representa uma desvantagem econômica.

A economia tem dificuldade de absorver o número muito grande de pessoas que chega ao mercado de trabalho. Uma população ativa em expansão tem muita dificuldade em arranjar colocação com salário suficiente nos empregos produtivos. Essa contradição é particularmente sensível em todos os países em desenvolvimento, que sofrem com a falta de oferta de excedentes de emprego. Na Índia, por exemplo, a oferta de trabalho deveria crescer em mais de 70 milhões de pessoas entre 1990 e 2000, o que é muito mais do que o mercado de trabalho pode oferecer.

**Manipulando as espécies, aceleramos tanto o processo da evolução que seus efeitos se invertem, ocasionando um fenômeno de extinções em cascata**

O desequilíbrio entre setores produtivos é agravado. O excedente de mão-de-obra agrícola não consegue se empregar nos outros setores (indústrias e serviços) que, por sua vez, têm uma progressão também muito lenta. Esse desequilíbrio deteriora a relação já desfavorável entre terras disponíveis e população ativa na agricultura, o que tende a diminuir a produtividade dos ativos agrícolas.

Mesmo sendo verdade que, graças à dupla colheita e aos progressos da revolução verde, a rizicultura inundada teve uma grande expansão de rendimentos, a capacidade de produção de cereais da maioria dos grandes países do Sul permanece aquém das necessidades imensas e crescentes de sua população, "por causa da penúria das áreas agrícolas. Dessa forma, na Ásia, onde vivem três quartos dos pobres deste planeta, o rendimento médio por hectare de todos os cereais produzidos aproxima-se de 2,8 mil quilos (2.170 sem a China) contra 950 quilos da Europa em meados do século passado. Mas o camponês europeu dispunha, em média, naquela época, de cinco vezes mais terra. A comparação permite-nos compreender a debilidade estrutural da produtividade agrícola nos países em desenvolvimento e a necessidade, para alguns deles, de importações maciças de cereais.

Segundo as estimativas mais otimistas, deve-se investir de 4% a 5% do PNB para compensar um crescimento demográfico de 1%. Ou seja, a maioria dos países em desenvolvimento, que hoje possuem taxas de crescimento de mais de 2%, deveria consagrar ao investimento mais de 10% de seu PNB. Ora, essa taxa só foi atingida, na Europa, após mais de meio século de desenvolvimento, numa época em que o crescimento demográfico só atingia um

terço do que é hoje nos países em desenvolvimento e em que a renda média por habitante era notoriamente mais elevada. Mas como chegar a uma divisão entre consumo e investimentos que seja mais favorável a este último, se as necessidades mais elementares (água potável, educação, etc.) ainda não foram satisfeitas?

O crescimento demográfico constitui também um poderoso acelerador da explosão urbana. Entre 1950 e 1990, o número de habitantes dos países em desenvolvimento cresceu numa progressão duas vezes mais rápida do que a das cidades européias. Essa evolução não é acompanhada por nenhum desenvolvimento econômico sólido. Donde as condições de vida precárias: as

favelas brasileiras, os bidonvilles, as cidades dos mortos do Cairo abrigam mais de 40% dos habitantes das cidades do Terceiro Mundo. Esse novo gigantismo urbano é alarmante porque não assegura de forma nenhuma o papel vanguardista desempenhado de forma tão brilhante pelas cidades do Ocidente quando o capitalismo começava a florescer.

Última observação: a demografia galopante conduz à rarefação de um bem muito apreciado, o espaço. A esse respeito, o caso da China é particularmente eloquente: 100 milhões de camponeses desempregados (num total de 650 milhões ativos), atirados às estradas pela miséria, vieram engrossar a população das cidades. O subemprego rural transforma-se, assim, em desemprego urbano, com as novas formas de pobreza e exclusão que acarreta.

Desenvolvimento sustentável: "um desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas". Os economistas foram os primeiros a adotar essa expressão. Em 1974, em Cocoyoc, Henry Kissinger pediu que o termo "ecodesenvolvimento", usado durante a Conferência de Estocolmo de 1972, fosse substituído por "sustainable development", experiência derivada da de Rostow por analogia ao "self-sustained growth" (crescimento auto-sustentado).

Quais deveriam ser os objetivos desse desenvolvimento sustentável?

1) Conter o fluxo demográfico. Segundo as avaliações da Conferência do Cairo sobre a população, de setembro de 1994, a população mundial aumentará, a cada ano, em cerca de 85 milhões de pessoas, mais de 80% das quais nos países em desenvolvimento. É irresponsável deixar que esse fluxo prossiga livremente. Não é chocante fazer vigorosas campanhas pelo direito à vida, quando as estatísticas da FAO indicam que 780 milhões de pessoas sofrem de desnutrição, que 13 milhões de crianças de menos de 5 anos morrem, por ano, das consequências diretas da fome ou das infecções que lhe estão associadas? De sua parte, a Organização Mundial da Saúde anuncia que 1,8 bilhão de seres humanos carece de água potável.

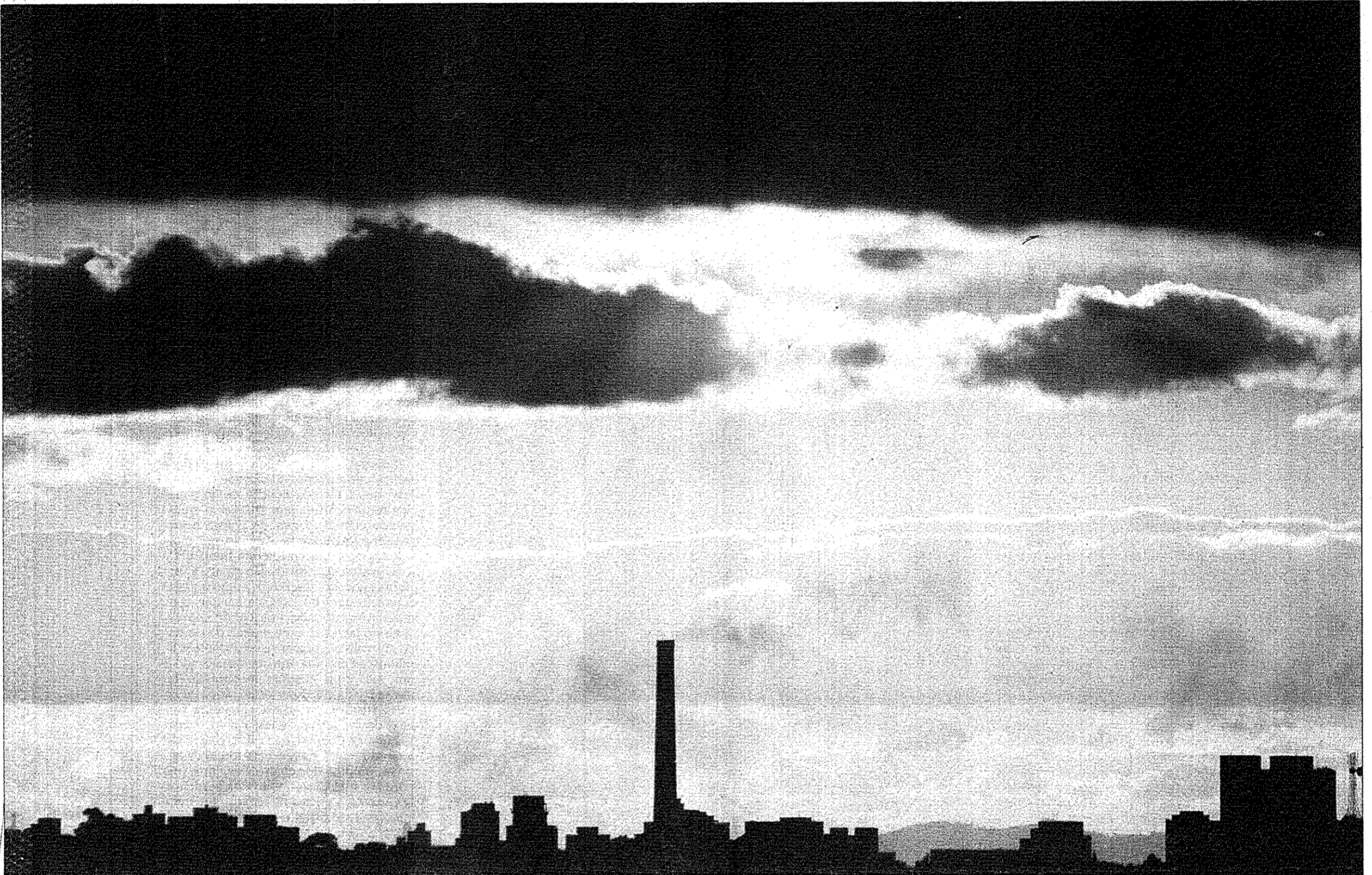
2) Modificar as regras do desenvolvimento econômico tanto no Sul quanto no Norte. Para isso, deve-se abandonar a idéia arraigada que ainda inspira muitas visões do futuro: a teoria do "alcançamento", segundo a qual as benesses do crescimento econômico ininterrupto acabarão atingindo toda a humanidade, e que repousa numa idéia simplista: se os pobres avançam mais rápido do que os ricos, eles os alcançarão, inevitavelmente, um dia ou outro. Ora, esse dia abençoado não passa da mais inacessível miragem que já se inventou, sobretudo se levarmos realmente em conta os obstáculos ecológicos.

Suponhamos que se queira assegurar aos 5,7 bilhões de habitantes da Terra, em 1996, a renda do modelo dos modelos, o da classe média americana ("nosso nível de vida não é negociável", disse o presidente George Bush, na Conferência do Rio). Seria necessário multiplicar por cinco o fluxo dos recursos consumidos pela máquina econômica mundial. E se quiséssemos que os 10 ou 12 bilhões de pessoas que povoarão a Terra em meados do próximo século também tirassem proveito disso, é por dez que teríamos de multiplicá-los!

Vale dizer que estaríamos correndo para a catástrofe ecológica! Se, para alinhar-se com o mais opulento, é necessário imitar seu modelo de desenvolvimento, o esforço de crescimento vai esbarrar, muito antes de atingir os resultados desejados, em barreiras intransponíveis, princi-



JT  
10/5/97 cont  
08



palmente nos países do Sul: desequilíbrio na balança de pagamentos, subutilização monstruosa da força de trabalho (de acordo com o Escritório Internacional do Trabalho, entre 1990 e 2000, a população em idade para trabalhar terá aumentado em 360 milhões, nos países em desenvolvimento), sem falar da degradação e da superexploração dos recursos naturais.

A questão do desenvolvimento sustentável leva-nos ao do crescimento econômico — um crescimento de que se beneficia, hoje, pouco mais de um terço da humanidade e ao qual os outros dois terços têm todo o direito de aspirar. Não deveríamos questionar o fundamento dessa prosperidade, que é sem igual, mas não fez desparecer de nossas sociedades nem a pobreza, nem as desigualdades, nem a exclusão, tendo-as, na verdade, até mesmo reforçado?

Em *Mitos e Paradoxos da História Econômica* (editora La Découverte, 1994), Paul Bairoch nos mostra que, lá pelo fim do século 18, a defasagem do nível de vida entre os europeus e os habitantes de outras regiões do mundo não ultrapassavam a relação de 1 para 2. No início deste século, a relação era de cerca de 1 para 10. De acordo com um estudo da Agência da ONU para o Desenvolvimento, os 20% mais ricos da população mundial dispunham, em 1960, de uma renda 30 vezes mais elevada do que os 20% mais pobres. Segundo esse mesmo estudo, a relação era de 1 para 60 no início da década de 90! Estamos bem longe do "alcançamento" previsto!

Portanto, não é possível imaginar um crescimento sustentável que, para começar, não seja também equitativo. É claro que todo mundo concorda em reconhecer que os seres humanos devem ter por essa questão uma responsabilidade de longo prazo, em substituir a noção estreita de PIB pela mais ampla de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que inclua renda, saúde e educação. Ou seja, qualificar o desenvolvimento de "sustentável" não lhe confere nenhuma validade operacional num mundo que obedece a impulsos possessivos e agressivos e não a valores de criatividade e solidariedade. Por isso, devemos levar mais longe a reflexão e responder a uma pergunta muito simples: qual seria, muito concretamente, em termos financeiros, o custo mínimo de realização do desenvolvimento humano?

Durante a Conferência de Cúpula de Copenhague, de 1995, dedicada ao desenvolvimento social, o PNUD tentou calcular o custo de um conjunto de objetivos prioritários a serem atingidos dentro de uns dez anos. Chega-se a um total anual mínimo de US\$ 30 a US\$ 40 bilhões, repartidos entre quatro setores prioritários: educação (US\$ 5 a US\$ 6 bilhões), população (US\$ 10 a US\$ 12 bilhões) e acesso universal à água potável (US\$ 10 a US\$ 15 bilhões). Essa avaliação foi acompanhada da proposta do "pacto 20-20", que consistia em pedir aos países industrializados que dedicassem 20% de sua ajuda, e aos países em desenvolvimento 20% de seus orçamentos nacionais, às despesas prioritárias para o desenvolvimento humano (atualmente, essa parcela não ultrapassa os 13%).

De acordo com cálculos mais realistas, efetuados a partir das recomendações da Agenda 21, cerca de US\$ 125 bilhões deveriam ser dedicados anualmente a um desenvolvimento humano que respeitasse as exigências ambientais definidas no Rio. Dados que devem ser situados no quadro mais geral das relações Norte-Sul.

No Norte, a crise ambiental e a poluição maciça são consequência direta do crescimento formidável da produção de bens de consumo desde o fim da 2ª Guerra Mundial. No Sul, a destruição do meio ambiente é, ao contrário, o injusto pre-

ço a pagar pela miséria e a penúria. A fim de se desenvolver de acordo com o esquema dominante, a maioria dos países do Sul subutiliza a sua força de trabalho ao mesmo tempo que superexplora os seus recursos naturais: minas, florestas, solos, litorais. Simultaneamente, acumulam uma dívida monstruosa (US\$ 2.068 trilhões em 1995, segundo estimativas do Banco Mundial), cujo serviço é pago com o essencial de suas exportações.

A crise do meio ambiente manifesta-se, portanto, em termos assimétricos. É claro que as doenças infligidas ao planeta pela irresponsabilidade do sistema econômico apresentam um caráter universal. Mas, no Norte, a sua forma dominante não é a "depressão nervosa universal" por overdose de consumo que Keynes anunciava? Não é uma crise de desperdício? Quando os resíduos produzidos ultrapassam a capacidade de reciclagem da natureza, os resultados não demoram a aparecer: poluição do ar decorrente do tráfego de automóveis na cidade; poluição da água no campo como consequência de uma agricultura hiperintensiva; irresponsabilidade do sistema de criação voltado para o lucro a qualquer preço, de que a ilustração mais recente é a história da "vacalouca".

No Sul, em compensação e, hoje em dia, frequentemente, no Leste Europeu, que entrou num verdadeiro ciclo de terceiro-mundização, centenas de milhares de pessoas sentem-se incapazes de atender às suas necessidades mais elementares. Trata-se, nesse caso, de uma crise de penúria — penúria de recursos, de meios financeiros e técnicos.

Como disse Maurice Strong, secretário-geral da Conferência do Rio, em seu discurso de abertura, "lugar algum na Terra pode esperar permanecer uma ilha de prosperidade num oceano de miséria". Para o meio ambiente e o desenvolvimento, a questão-chave é realmente a das relações Norte-Sul em suas dimensões econômica, política e cultural.

Pode-se democratizar essa relação, assim como recomendam as instituições financeiras herdadas da 2ª Guerra Mundial, o FMI, o Banco Mundial, a OMC? Ao que parece, não podemos mais nos satisfazer com a lógica econômica que prevalecia em 1945: um dólar, um voto. Da mesma forma que não podemos mais nos limitar à lógica política da ONU (um Estado, um voto), que concede aos Estados o monopólio das organizações sociais em escala internacional. Mas quais seriam as modalidades concretas de uma lógica puramente democrática (um ser humano, um voto) num mundo de 6 bilhões de habitantes?

Porém, no que se refere ao meio ambiente, progressos significativos são possíveis. Seria possível, por exemplo, instaurar um sistema de cotas de poluição por habitante. Aos países que produzem uma quantidade perigosa de gás, provocando uma poluição da atmosfera superior à sua cota, seria imposta uma indenização compensatória. Seria possível até mesmo ir mais longe e imaginar cotas transferíveis: o Sul poderia revendê-las ao Norte, em troca de subvenções substanciais, levando-se em conta que não utili-

za todas as suas cotas de poluição, enquanto os ricos as ultrapassam. Essas cotas transferíveis, aliás, são previstas na Convenção do Rio sobre os climas.

Existe, entretanto, o risco de que o Sul seja trancado, mediante as subvenções verdes (green grants), num sistema financeiro sobre o qual não exerça controle algum, como é hoje o caso com a Global Environment Facility e a condicionalidade dos empréstimos. Se esses empréstimos, concedidos aos países do Terceiro Mundo desde que eles demonstrem sua capacidade de respeitar o meio ambiente, constituem um avanço em termos ambientais, o mesmo não acontece em termos de soberania...

Na realidade, a solução encontra-se em outra parte. O Norte é que tem de financiar o excedente de custo imposto ao Sul por um desenvolvimento que respeite o meio ambiente; e isso não fosse pelo fato de que a poluição do Sul é qualitativamente diferente da que existe no Norte. Como comparar as contribuições para o efeito estufa que vêm do cultivo de arroz em países subalimentados e ameaçados de epidemias de fome ao mesmo tipo de contribuição proveniente do parque automobilístico americano absurdamente superdimensionado? Nenhum governo do Sul pode impor a seu povo, ao mesmo tempo, as exigências financeiras do FMI e as exigências de um meio ambiente sustentável. O Norte só tem o direito de exigir que o Sul lhe preste contas sobre o meio ambiente mundial — sobre aquilo a que se dá o nome de "comunidades planetárias" — se concordar em questionar o próprio modelo de desenvolvimento.

É comum que se diga — e com pertinência — que o automóvel seria uma aberração numa cidade como Pequim. É verdade que, para o tráfego urbano, a bicicleta representa uma solução historicamente mais avançada do que o automóvel. Ao contrário do automóvel individual, ela se insere com flexibilidade na expansão urbana generalizada deste fim de século, tanto no Sul quanto no Norte. Por que o que vale para Pequim não valeria também para Roma ou Paris?

Pensar e agir em termos de solidariedade não é se comprazer num terceiro-mundismo cheio de sentimento de culpa. Vários dirigentes do Sul orientam seus investimentos para empreendimentos megalomânicos, dissipam seus raros recursos numa economia assistencial ou em aventuras militares. Com muita frequência, a manutenção demagógica do fanatismo das massas juvenis substitui a educação social e o planejamento familiar. E, com mais frequência ainda, as elites, tanto do Norte como do Sul, colaboram para alimentar as formas atuais desse desenvolvimento insustentável.

Esse processo não vai melhorar nem o meio ambiente natural nem o meio ambiente social. Só poderá ativar novos conflitos, estimulados pelo fim da estrutura bipolar do mundo. As regras da sustentabilidade valem, portanto, para todos; elas impõem a redução da pressão destruidora e poluidora exercida sobre a biosfera. Agir nesse sentido significa, hoje, alinhar-se com a segunda exigência de Keynes.

### Quando os resíduos produzidos superam a capacidade de reciclagem da natureza, os resultados, como poluição do ar e da água, não demoram a aparecer

### O Norte só tem o direito de exigir que o Sul lhe preste contas sobre o meio ambiente mundial se concordar em questionar o próprio modelo de desenvolvimento

Numerosas pistas foram sugeridas para que se combata ao mesmo tempo o problema do emprego e o do meio ambiente: esforços redobrados em termos de reciclagem dos materiais e de economia de energia; apoio maciço e diferenciado da pequena agricultura camponesa; desenvolvimento dos serviços sociais, da educação e da saúde; serviços públicos para melhorar as infraestruturas nos países cuja competitividade sistêmica é muito fraca.

As fontes de financiamento possíveis são conhecidas. Um ecocomposto de um dólar por barril de petróleo corresponderia de US\$ 60 a US\$ 70 bilhões anuais. A proposta de James Tobin, Prêmio Nobel de Economia, de taxar em cerca de 0,05% os lucros especulativos com as transações em divisas em dinheiro poderia render US\$ 150 bilhões por ano. Quanto ao objetivo jamais alcançado de cobrar 0,7% do PNB dos países industrializados, ele permitiria obter cerca de US\$ 140 bilhões. Portanto, o problema não é o financiamento do desenvolvimento sustentável e, sim, a vontade política de fazê-lo vigorar.

Tornar mais lento o crescimento material do Norte e reorientar a economia para as dimensões culturais do desenvolvimento; facilitar o desenvolvimento do Sul graças a combinações produtivas mais sóbrias e voltadas para as necessidades primárias da população, cujo número deveria ter-se estabilizado daqui a duas gerações; realizar, enfim, entre Norte e Sul, as transferências financeiras e tecnológicas necessárias: o sistema atual dos Estados soberanos não parece o mais apto a assumir esses objetivos e a enfrentar uma crise ecológica cujas raízes remontam às origens da revolução industrial. E o que é pior: o Estado-nação, com o corte do espaço e a fragmentação das medidas ecológicas que ele impõe, o ocultamento das exterioridades econômicas cruciais (isto é, seus custos escondidos) e o processo de concorrência das diversas comunidades que ele encoraja, contribuiu para a dinâmica da degradação do meio ambiente. É em escala transnacional e, principalmente, em escala europeia que se deve pensar no objetivo de um desenvolvimento sustentável.

Os países ricos são reticentes diante da idéia de um esforço financeiro. Os mais pobres têm dificuldade de compreender que lhes imponham restrições se eles não têm acesso ao consumo de massa. No entanto, o nó górdico da questão do meio ambiente aí está, na tomada de consciência da necessidade de uma verdadeira guinada histórica, na emergência de um novo sistema de governabilidade do planeta, de uma nova ética da solidariedade com os nossos contemporâneos e da responsabilidade em relação às gerações futuras.

Em uma palavra, não seria necessário tornar mais relativa a posição dominante adquirida pela instância econômica em nossa sociedade? E, uma vez mais, seguir Keynes quando ele sugere "não exagerar a importância do problema econômico. (...) não sacrificar às suas supostas necessidades outras questões de alcance maior e mais permanente"? A economia deveria ser a serva das opções culturais e políticas dos povos, não a razão de ser dos Estados.

Hoje, a crise do meio ambiente e do desenvolvimento põe em jogo o futuro da humanidade. Bela ocasião para renovarmos a inspiração da Carta da ONU, que se inicia com esta expressão generosa: "Nós, os povos do mundo..."!

Jean-Paulo Deléage é professor na Universidade de Orléans, diretor da revista *Écologie et Politique* e autor, entre outros, de *L'Histoire de l'Écologie* (Editions du Seuil, 1994)

Tradução de Lauro Machado Coelho

**Poluição em São Paulo: até o início do século, as atividades humanas eram dispersas e lentas demais para afetar globalmente o equilíbrio climático, mas houve ruptura de ritmo e de escala nas relações do homem com a natureza**